



## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.019742/2024-38

**Assunto:** Nova contratação. Pregão Eletrônico. Prestação de serviços de suporte à operação do plano de saúde do Senado Federal referente ao macroprocesso Análise e Processamento de Contas. Item 20250188 do Plano de Contratações. Valor estimado: **R\$ 4.464.312,00**. Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral e da Primeira-Secretaria.

**Senhora Diretora-Geral,**

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado Federal, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao macroprocesso análise e processamento de contas, ao custo estimado de **R\$ 4.464.312,00** (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e trezentos e doze reais), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.027449/2025-53).

O órgão técnico justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.024163/2025-16-1), conforme transcrição a seguir:

### 1.2.1. Descrição da situação atual

Os serviços que ora se pretende contratar têm como objetivo manter de forma plena a operação do programa de assistência à saúde dos servidores, senadores e dependentes, ex-senadores e cônjuges, e pensionistas do Senado Federal (Sistema Integrado de Saúde – SIS), e, portanto a execução das competências correlatas da Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGP, previstas no Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal, em seu Art. 21: “... *exercer as atividades necessárias à execução do plano de assistência à saúde dos servidores, aposentados e pensionistas do Senado Federal; coordenar o Sistema Integrado de Saúde (SIS), tendo como premissa básica a promoção, tratamento, recuperação e manutenção da saúde...*”.

Atualmente, uma empresa presta serviço continuado de suporte à operação do SIS, referente ao macroprocesso de regulação, por meio do contrato administrativo de número 0083/2020, com término da vigência em 16/07/2025. Com isso, visando o pleno funcionamento das operações do SIS,





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

se faz necessária a realização de nova contratação, para continuidade destes serviços, em razão da sua natureza e importância para o Senado Federal.

A empresa CONTRATADA deverá dispor de profissionais devidamente qualificados (médicos auditores, enfermeiros auditores, peritos da área de saúde, entre outros profissionais) para garantir a adequada prestação dos serviços que envolvem os processos operacionais de saúde do Senado Federal.

#### **1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada**

Considerando que o SIS possui cerca de 17.000 beneficiários atualmente, o quantitativo previsto para esta contratação é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da administração, considerando os dados históricos de utilização. Em relação à regulação, utiliza-se como referência de precificação o número total de beneficiários do plano. Destaca-se que atualmente o SIS recebe uma média de 10.500 pedidos de regulação por mês, sendo mais de 40% desse quantitativo analisado por perícia durante a fase de autorização prévia.

[...]

Por meio do Ofício nº 116/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.027449/2025-53), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP do Senado Federal elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 00100.197150/2024-84, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.201473/2024-80, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.024163/2025-16-1, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Impende destacar que a presente contratação visa substituir o atual Contrato nº 83/2020, cuja vigência se encerra em 16/7/2025. O atual contrato abarca 4 (quatro) macroprocessos, porém para a nova contratação, optou-se por dividir os objetos em 4 (quatro) editais licitatórios distintos, e a contratação em tela compreende o macroprocesso Análise e Processamento de Contas.

No que tange à ordem de realização dos certames, o presente processo será o segundo certame a ser divulgado, conforme informação constante do item 6 do ETP (NUP 00100.197150/2024-84).

A justificativa para a quantidade a ser contratada consta do subitem 1.2.2 do Termo de Referência (NUP 00100.024163/2025-16-1).

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativa de Despesas sob o documento nº 00100.201475/2024-79, projetando-se o custo geral estimado para 30 (trinta) meses em **R\$ 4.464.312,00**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento nº 00100.203705/2024-34, cuja validade é até 17/5/2025.





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.213073/2024-17.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.216938/2024-05, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o Órgão Técnico se manifestou no documento nº 00100.229997 /2024-35, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.229996/2024-91.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.231192/2024-51, e submetida ao Órgão Jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 52/2025 (NUP 00100.012401/2025-41) analisou os autos e concluiu que:

**[...] observadas as recomendações constantes deste parecer, especificamente a necessidade de complementação do TR e do contrato,** entende-se que a minuta de edital pode ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente, sem necessidade de retorno a esta Advocacia.

Consta nos itens 2.3.8 e 2.3.8.1 da minuta de edital, previsão de exclusão da empresa declarada vencedora deste certame de participar dos Pregões referentes às outras etapas de operação do SIS, que serão objeto de procedimentos licitatórios distintos (conforme processos citados abaixo), nos seguintes termos:

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo: [...]

2.3.8 tenha sido declarada vencedora do Pregão referente ao edital do Processo nº 00200.019741/2024-38, em função da natureza do funcionamento deste tipo de operação, visto que as atividades contempladas em cada um dos citados editais devem ser prestadas por empresas distintas.

2.3.8.1. A licitante vencedora deste pregão não poderá participar dos pregões referentes aos editais dos Processos nº 00200.019743/2024-82 e nº 00200.019744/2024-27, que tratam, respectivamente de contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao Macroprocesso Credenciamento, e contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao Macroprocesso Apoio Administrativo.

Quanto ao assunto, a ADVOSF discorreu da seguinte forma:

**[...] previsão editalícia de exclusão das empresas declaradas vencedoras dos Pregões referentes às outras etapas da operação do SIS, que serão objeto de procedimentos licitatórios distintos (item 2.4 do edital; item 2.5.2 do TR).** Trata-se, a toda evidência, de cláusula restritiva da ampla competição, cuja legalidade deve ser aferida **à luz do interesse público almejado e dos objetivos do processo de licitação.**

[...]





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

A aludida cláusula de exclusão vem fundamentada no item 2.5.2 do TR, no qual a área técnica, **após definir objetivamente quais outras etapas da operação do SIS configuram óbice à adjudicação do objeto deste certame**, justifica a exclusão, [...]

[...]

Neste contexto, vislumbro que a previsão editalícia sob exame direciona-se à **obtenção do resultado mais vantajoso** para a Administração Pública e assegura a **justa competição em cada certame**, cabendo aos licitantes exercer sua livre opção quanto à participação em única e determinada etapa da operação licitada.

Entendo, portanto, que a justificativa do critério de exclusão previsto no edital se reveste de solidez jurídica, em razão de sua plausibilidade lógica e da **convergência com o objetivo público pretendido**. Todavia, por se tratar de matéria de mérito, a questão **demandada decisão fundamentada da autoridade**, para dizer se acolhe ou refuta a justificativa deduzida.

É importante destacar que, no trecho '*serão objeto de procedimentos licitatórios distintos (item 2.4 do edital; item 2.5.2 do TR)*' mencionado pela ADVOSF, a referência ao item 2.4 do edital, na verdade, corresponde aos itens 2.3.8 e 2.3.8.1 da minuta do edital.

Desta feita, considerando a manifestação expressa da Advocacia quanto à necessidade de deliberação quanto ao acolhimento da justificativa apresentada pelo Órgão Técnico para exclusão de participação da **empresa declarada vencedora da presente licitação** nos Pregões referentes aos editais dos Processos nº 00200.019741/2024-38, nº 00200.019743/2024-82 e nº 00200.019744/2024-27, entende-se, **salvo melhor juízo**, que será necessária a deliberação da autoridade competente quanto à pertinência das razões apresentadas pela SEGP para a manutenção da previsão editalícia constante dos itens 2.3.8 e 2.3.8.1 da minuta de edital.

Quanto ao acesso da contratada a dados sigilosos de saúde protegidos pela LGPD, a Advocacia efetuou as seguintes recomendações:

[...] verifico que o TR (item 7.10) estabeleceu **requisitos de comprovação** da capacidade da contratada de efetuar o tratamento de dados conforme as disposições legais. Entretanto, **não há previsão no TR do procedimento fiscalizatório e o Termo tampouco especifica objetivamente de que modo o Senado irá aferir o atendimento aos requisitos** definidos no item 7.10 do Termo de Referência. Verifico que tais requisitos, bem como certas obrigações impostas à CONTRATADA no que concerne ao tratamento e à proteção de dados, foram previstos também na **Cláusula Terceira da minuta de contrato**. O parágrafo quinto desta cláusula prevê que os descumprimentos das obrigações de guarda e sigilo dos dados serão apurados conforme o disposto no art. 52 da LGPD, mas **nem o contrato, nem o TR, impõem qualquer penalidade, seja contratual (§ 2º, art. 52 da LGPD), seja as previstas na LGPD, a tais descumprimentos**. Como se sabe, norma proibitiva sem sanção à violação é norma vazia de conteúdo. **É preciso, portanto, complementar o TR e a minuta de CONTRATO para suprir essas falhas.**

**Assim, recomendamos complementar a redação do parágrafo quinto da Cláusula Terceira da minuta de contrato**, para prever que os descumprimentos das obrigações de guarda e sigilo dos dados serão **“apurados e punidos”** conforme o disposto no art. 52 da LGPD, **“sem prejuízo das sanções administrativas”** (§ 2º, art. 52 da LGPD), que devem também ser estabelecidas no contrato, por complementação da minuta.





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

A fim de dar cumprimento às mencionadas recomendações jurídicas, a SEGP, por intermédio do NUP 00100.024163/2025-16, realizou as seguintes alterações no TR:

1. Ajustou a redação do item 7.10 do TR, que trata das exigências que a contratada deverá cumprir, na condição de operadora de dados pessoais;
2. Inseriu o item 7.11 no TR, que trata sobre os procedimentos de fiscalização e de conformidade da LGPD;
3. Inseriu o item 11.6 no TR, que versa sobre as sanções administrativas, em caso de descumprimento pela contratada, das obrigações referentes ao tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 – LGPD;
4. Inseriu o Anexo VII no TR, com o Termo de Compromisso referente à LGPD, o qual deverá ser assinado pela contratada, na ocasião da assinatura do contrato.

Embora o sumário do Termo de Referência (NUP 00100.024163/2025-16 – 1) mencione o '*Anexo VII – Política de Proteção de Dados Pessoais*', na realidade, o referido Anexo VII corresponde ao 'Termo de Compromisso', conforme indicado na página 57 do documento. Trata-se de mero erro material.

Sendo assim, a minuta de edital foi ajustada para refletir as modificações efetuadas pelo Órgão Técnico, as quais estão **destacadas** para facilitar a identificação. Dessa forma, considerando o teor das alterações efetuadas, sugere-se, ***salvo melhor juízo***, deliberação da autoridade competente quanto ao retorno dos autos ao Órgão Jurídico para nova análise.

Cumpre assinalar que, quando do envio dos autos à ADVOSF para análise jurídica da contratação, foi inserida uma nota para apreciação do Órgão Jurídico no subitem 11.3.2.2 do edital, no que tange à nomenclatura da Certidão de Falência. Considerando que não houve manifestação expressa da Advocacia quanto à solicitação, esta COATC entende, ***salvo melhor juízo***, que não há objeção do Órgão Jurídico quanto à exclusão do trecho “e Recuperação Judicial” do mencionado subitem, visto que a supressão foi feita com base no entendimento exarado por meio do Parecer nº 465/20241, e em outros pareceres jurídicos.

As demais recomendações de ajustes redacionais exarados pelo Órgão Jurídico foram efetivadas na minuta de edital.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.026509/2025-11. A contratação está prevista no item 20250188 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.027386/2025-35 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

Ressalta-se que é de competência da Advocacia do Senado Federal a análise jurídica de todos os processos que visem a uma contratação, previamente à deliberação pela autoridade competente, conforme art. 53 da Lei 14.133/2021 c/c o art. 22, do ADG nº 14/2022.





## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Instado a se manifestar quanto aos ajustes promovidos pelo órgão técnico no termo de referência e na minuta de edital, o órgão jurídico exarou o Parecer nº 145/2025-ADVOSF (NUP 00100.033136/2025-34), em que o parecerista assim concluiu:

Verifico, da leitura da versão consolidada da minuta de edital (00100.027386/2025-35) que as recomendações efetuadas no parecer anterior foram corretamente implementadas, especificamente, as retificações aos itens 7.10, 7.11 a 7.14, e 11.6 do TR, bem como a inserção do Anexo VIII, com o Termo de Compromisso referente à LGPD, com os respectivos reflexos na minuta de contrato.

Nesse cenário, entendo por atendidas as recomendações do órgão jurídico e concluo pela regularidade da minuta de instrumento convocatório.

Cabe ressaltar que o prosseguimento do feito está condicionado à deliberação favorável da **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária** quanto à autorização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica esposa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

*(assinado eletronicamente)*

**Guilherme Ferreira da Costa**  
Assessor Técnico

*(assinado eletronicamente)*

**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Gestora do NASC/ATDGER







SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a informação técnica e, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, incisos III, IV, e IX, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar (documento nº 00100.197150/2024-84); o Termo de Referência (documento nº 00100.024163/2025-16-1); e a minuta de edital (documento nº 00100.027386/2025-35), nos termos propostos;
2. **ACOLHO** a justificativa apresentada pela SEGP no subitem 2.5.2 do TR (documento nº 00100.024163/2025-16-1) para **VEDAR** a participação da empresa declarada vencedora desta licitação nos Pregões referentes aos Editais dos Processos citados no Parágrafo Décimo Sexto deste expediente;
3. **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de **R\$ 4.464.312,00** (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e trezentos e doze reais), prevista no item 20250188 do Plano de Contratações; e
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos à **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, para deliberar quanto à oportunidade e conveniência de realização do certame licitatório, nos termos propostos pela instrução, consoante o art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Havendo deliberação favorável ao seguimento do certame, encaminhem-se os autos à **AADGER** e à **SADCON** para as providências pertinentes.

Brasília, 7 de março de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

## PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 1278 de 2025

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do Processo nº **00200.019742/2024-38**,

### RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e de Comunicação – NGCIC** como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar os servidores **Carlos Gustavo Oliveira Ferreira**, matrícula nº 431130 e **Bruna de Oliveira de Sousa**, matrícula nº 394753, respectivamente, como fiscal titular e fiscal substituta da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de março de 2025.

*(assinado eletronicamente)*

**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral

